

# HISTÓRIA E TENDÊNCIAS DA INVESTIGAÇÃO SOBRE JORNALISMO NOS ÚLTIMOS 25 ANOS

*Rogério Santos*

Centro de Investigação Media e Jornalismo

A presente comunicação debruça-se sobre a investigação científica feita em jornalismo, especialmente nos últimos 25 anos. Considero 1978 como ponto de início do desenvolvimento da área, dado que, nesse ano, se assistiu à publicação de quatro importantes textos no estudo do jornalismo, no universo de língua inglesa. Tais clássicos também marcaram a investigação portuguesa, já em meados da década passada, quando se começou o seu estudo e discussão crítica nas universidades, como a Nova de Lisboa, e se traduziram parcelas de algumas dessas obras.

O que proponho é, pois, uma leitura selectiva do progresso da matéria. Como pontos principais da comunicação salientarei os livros publicados em 1978, as teorias da notícia e as várias disciplinas científicas que contribuem para as teorias da notícia, em termos de processo de produção da notícia. Darei voz aos que defendem que a matéria constitui apenas um campo de interesse e aos que entendem haver mesmo uma teoria da notícia. Destacarei ainda o papel dos media na relação com a cultura e na definição e preservação da democracia.

## 1 OS LIVROS DE 1978

Os livros de que falarei, todos saídos em 1978, foram escritos por Schudson, Hall e colegas, Schlesinger e Tuchman, nos Estados Unidos e no Reino Unido. Para além do impacto na altura do lançamento, importa realçar a sua fortuna posterior, pois, ao longo do último quarto de século, exerceram muita influência em investigadores de jornalismo, professores e alunos.

O primeiro texto, de Michael Schudson (*Discovering the news*), destacou o papel da *objectividade* nas notícias como produto social da democratização da vida política, social e económica do

começo do séc. XX. A objectividade surgia no momento em que se recebiam os factos com desconfiança, dada a eficácia propagandística das relações públicas após a I Grande Guerra. O autor americano também analisou a *cultura adversarial* ou cultura crítica existente entre jornalistas e autoridades governamentais (1978: 179). No seu livro, considera estar tal cultura mais presente nos jovens jornalistas, que têm menos memória do passado, como os pressupostos políticos da Guerra Fria e do conflito militar no Vietname. Em 1978, cresciam as vozes contra a intervenção americana no sudoeste asiático. Para Schudson, os jornalistas não impunham uma cultura adversarial mas correspondiam, dentro da perspectiva crítica, à postura encontrada nas suas fontes.

Ao consenso oficial sucedeu a dissensão, com posições descontentes face ao discurso oficial, o que alteraria radicalmente a opinião pública. Hoje, a relação adversarial entre jornalistas e as suas fontes de informação está bastante mais aculturada nos agentes sociais intervenientes nas notícias, a que se associa também a marca do cinismo, de crítica do jornalismo diante da autoridade instituída.

Se Schudson produziu uma perspectiva mais histórica, no estudo sobre o racismo de Stuart Hall et al. (*Policing the crisis*) prevaleceu uma posição marcadamente sociológica e estruturalista. Com base em análise de conteúdo sobre notícias publicadas, Hall e os seus colegas olharam os intervenientes directos na produção da notícia - jornalistas e fontes - e concluíram pela preponderância destas no enquadramento dos acontecimentos. Daí o conceito de *definidor primário*, de grande fama e discussão. As fontes poderosas, como membros do Governo, deputados e patrões, têm um acesso privilegiado aos jornalistas e apresentam a interpretação primária de um acontecimento ou tópico, comandando o desenvolvimento posterior do tratamento noticioso sobre esse mesmo assunto.

Houve críticas pertinentes ao conceito de definidor primário. Mais do que reproduzir a definição de um acontecimento, ao jornalista compete investigar e fornecer quadros de interpretação diferentes das fontes de informação. Se seguirmos a terminologia

dos investigadores de Birmingham, o jornalista também é um defensor primário. Em simultâneo, as fontes pareciam possuir um poder constante ao longo do tempo, quadro a-histórico que não existe. A dinâmica social não permite manter privilégios e domínios eternos. Philip Schlesinger seria um dos críticos mais concretos desta perspectiva. Mas isso ocorreu alguns anos depois (1990).

Em 1978, Schlesinger editava *Putting "reality" together*, uma brilhante tese de doutoramento sobre o trabalho interno da BBC. Ele desenvolveu temas como imparcialidade, exactidão, tempo, sistema editorial e relação entre jornalista e audiência (1980: 346). A notícia resulta da construção de uma versão específica da realidade, composta por *rotinas produtivas* assentes numa divisão apertada do tempo e do espaço disponíveis. O controlo exercido sobre os jornalistas, numa organização como a BBC, faz-se através do sistema editorial - da linha hierárquica - e da ideologia empresarial (ou corporativa). Significativamente, a publicação de textos preliminares antes de Schlesinger finalizar a observação participante na redacção da BBC trouxe problemas pessoais à sua investigação, com vários responsáveis do canal de televisão a negarem-lhe acesso, num momento de forte discussão na agenda pública do futuro da Irlanda (Schlesinger, 1980).

O quarto trabalho deste ano vintage foi o de Gaye Tuchman (*Making news: a study in the construction of reality*). A autora estudou, no estilo da observação sociológica de Chicago, as actividades dos jornalistas dentro e fora da sala de redacção, seguindo as histórias jornalísticas do começo até à sua impressão (1991: 85). Tuchman apresentou a notícia como *construção social* - a que voltarei à frente - e como *narrativa*. Tal como Schlesinger, ela adaptou aos estudos do jornalismo a perspectiva de construção social da realidade elaborada por Berger e Luckmann (1999). Para a autora, a notícia não define apenas mas reconstitui significados sociais e formas de fazer as coisas. Por outro lado, a notícia constrói-se como narrativa, ao pôr factos em estruturas e códigos culturais conhecidos e enquadrados. Um artigo de jornal conta uma histó-

ria, através de lógica própria com uma teia de factualidade e a sua forma narrativa associada (Tuchman, 1978: 217).

Os trabalhos académicos aqui referidos assentam basicamente numa vertente empírica e qualitativa dos estudos do jornalismo, com fundamento em estudos anteriores. Já nos longínquos anos 20, Robert Park, que combinava uma experiência rica de jornalista e professor, ensinara os seus alunos de Chicago a fazer investigações empíricas no terreno. Nos anos de 1940 a 1960, quando a maioria dos estudos era quantitativa - marcados pela universidade de Columbia e pelos estudos de Paul Lazarsfeld sobre a influência exercida nas pessoas pelos media, e cuja orientação comercial foi incontestada e hegemónica por longos anos -, alguns projectos retomavam a observação participante. E, já nos anos de 1970, ao mesmo tempo que se dava a influência da poderosa semiótica sobre a análise das notícias, os trabalhos de campo vingavam de novo.

Colocado para além do quarteto de obras fundamentais para o estudo do jornalismo, saídas em 1978, não quero deixar de referir outro texto, o de Todd Gitlin (2002). É um trabalho significativo, antes ainda da sua obra de marca (*The whole world is watching*), no qual analisou criticamente o paradigma dominante da sociologia do jornalismo durante décadas - ideias, métodos e resultados associados ao acima mencionado Lazarsfeld - e a sua queda, possibilitando a emergência de novos estudos e correntes, como os que destaco aqui. Ao pôr em causa os fundamentos da escola funcionalista, e o modelo liberal-pluralista a si associado, Gitlin propunha a teoria crítica como alternativa que explica a sociedade e contextualiza o papel moderno dos media.

Dois dos estudos saídos da fornada de 1978 (Tuchman, Schlesinger) tiveram por objecto central, como vimos, a análise das organizações noticiosas, em especial a estrutura redactorial. O trabalho individual do jornalista, os constrangimentos de tempo e espaço, a cultura organizacional e a relação entre jornalista e editor constituíram algumas das preocupações essenciais dos jovens investigadores saídos das universidades americanas e inglesas. Tuchman, em texto sobre metodologia quantitativa do estudo das

notícias (1991), considera que muitos destes trabalhos associam o processo de fazer as notícias (*making the news*) com significados ideológicos. E aponta os trabalhos de Hall et al. e de Schlesinger, ambos de 1978, como exemplos dessa combinação.

A sociedade no todo, com as suas questões, lutas e perspectivas, influencia a escrita do jornalismo, molda a agenda noticiosa. Hall et al. escreveram sobre roubos por esticão (*mugging*) e pequena delinquência num quadro de luta racial; bastante mais tarde, Schlesinger, Miller e Dinan (2001) debruçaram-se sobre a "identidade nacional" da Escócia e a importância do Parlamento regional face ao centro constituído por Londres. Os fenómenos de integração ou dissensão social, política e religiosa, e a sua profunda repercussão nas notícias foram dissecados por estes autores.

Para concluir o primeiro ponto da comunicação, chamo a atenção para os verbos presentes nos títulos das quatro obras seleccionadas de 1978. Tais verbos são (ou aproximam-se de): *descobrir*, *controlar*, *fazer* e *construir* a realidade. Por um lado, houve o reconhecimento da importância da nova matéria, o jornalismo, num momento em que surgiam causas sociais de novo tipo - a luta contra a guerra e as armas nucleares, o feminismo, a procura de uma maior liberdade individual. Por outro, os autores tiveram a consciência da artificialidade da notícia - esta é algo que se sobrepõe à realidade dos factos. A parcialidade, que se pode instalar por detrás da notícia *construída*, levou alguns investigadores a afirmar que os media mantêm mais o "statu quo" do que contribuem para a mudança social (McQuail, 2002; Traquina, 2002).

## 2 AS TEORIAS DA NOTÍCIA

Abandonemos, por agora, o elencar de obras fundamentais para a nossa área de investigação e foquemo-nos na construção da teoria ou teorias das notícias. Como ponto principal de análise, incluo o processo de produção da notícia e deixo quase totalmente de lado a investigação feita quanto à transmissão e à recepção da notícia.

Ao falar de *teoria da notícia*, tenho a noção implícita de um conjunto de regras e definições científicas que existem em torno do

jornalismo. Isto é, além do fazer, há uma reflexividade sobre o fazer. A teoria da notícia não tem, no entanto, um texto ou pai fundador. Antes se constitui pelo cúmulo de conceitos, investigações empíricas e discussão em redes de académicos à volta das universidades, centros, reuniões e revistas científicas, ao longo dos anos. A par disso, frise-se o esforço de recolhas antológicas de textos clássicos, como o feito em Portugal por Traquina (1993) e Pissarra Esteves (2002). Para além de inventariar conceitos e correntes, a divulgação incentiva a experimentação no terreno.

Ora, nesta discussão, há quem pense o jornalismo como actividade prática e objectiva que se esgota em si: o reportar acontecimentos. Neveu escreveu, embora no sentido adequado, que o jornalismo é uma actividade "orientada para a recolha do facto" (2001: 10). A teoria *do espelho* nasceu em tal contexto - um conjunto de normas e procedimentos profissionais garante a recolha imparcial de informação e relato do facto. O conceito de objectividade emerge dessa cultura.

Mas, se for como propõe a teoria do espelho, o jornalista não passa de um mero mediador e confunde-se com o profissional que pesquisa informação estatística em bases de dados e extrai tendências a mostrar num congresso. Daí a necessidade de configurar a profissão de jornalista de outro modo e de pensar a actividade e os seus resultados dentro de um campo teórico, sistematizado e de representação lógica e racional.

Para o período anterior aquele que estou a abordar - antes de 1978 - existem duas teorias principais aplicadas à notícia, como considerou Traquina (2001, 2002): (1) *acção pessoal*, em que o processo de produção da notícia se encara como sendo uma sucessiva série de escolhas e decisões sobre o que é importante publicar e qual o ângulo a seguir, presente em David Manning White (1993), o *gatekeeping*, e (2) *acção organizacional*, que parte da análise do trabalho do jornalista individual para a mais abrangente, a da organização jornalística, dentro da qual se insere o jornalista, e que o texto clássico de Warren Breed seria o exemplo perfeito nos anos 1950. Para Breed (1993), o jornalista adere aos ideais pragmáticos

da equipa redactorial a que pertence e não toma em conta os interesses específicos de leitores ou telespectadores.

Já dentro do período da minha análise, surgiu a teoria da *acção política*, nomeadamente em Edward Herman e Noam Chomsky (1994), para quem os media noticiosos, em especial nos Estados Unidos, são instituições que ajudam a perpetuar o sistema social do capitalismo. Segundo esta teoria, também chamada de *modelo de propaganda*, a notícia é sempre uma distorção ao serviço de interesses políticos e o jornalista um joguete nas mãos dos poderosos.

A pesquisa dos autores ligados à acção pessoal e à acção organizacional (White, Breed) seguiu os traços típicos da teoria funcionalista, então preponderante. Uma actividade via-se decomposta por etapas e com uma hierarquia determinada previamente. Era relativamente fácil analisar um momento do fluxo de informação e decisão, numa altura em que os conceitos de turbulência, jogo e dissimulação ainda não entravam no quotidiano da análise dos cientistas sociais. Visto à posteriori, este mecanicismo foi prejudicial: a selecção da notícia tinha uma explicação tão justificada e objectiva quanto o olhar do jornalista sobre o acontecimento.

A notícia não é, contudo, apenas fruto da decisão do editor ou da organização e deve ler-se num quadro amplo e geral, o da sociedade, onde os fluxos trocados e a relação de poder entre os vários agentes envolvidos são uma actividade constante mas em equilíbrio sempre instável. A pressão dos grupos de interesses identificados ou não, o *spin control* e a escolha do momento oportuno para fugas de informação são algumas das manobras que os promotores usam para fazer reverter a seu favor o desempenho da notícia.

Tais modos de pressão jogam com a realidade da sala de redacção. Importa realçar que, cada vez mais, o que sabemos é-nos fornecido pelos media. Ou que, como escreve Traquina (2002: 95), os "media noticiosos estruturam inevitavelmente a sua representação dos acontecimentos". A notícia é um modo de construir a realidade, padrão utilizado pelos autores atrás apresentados (ponto 1). A teoria por detrás desta regra é a *estruturalista*, que vê a notícia

como *construção*. O estruturalismo, elaborado durante os anos de 1970, foi dominante nos primeiros anos da década seguinte e deixou marcas que ainda hoje se prolongam.

O estudo etnográfico das redacções estimulou o aparecimento de vários assuntos. Tuchman (1978) realçou a especialização em temas e rubricas num jornal (secções) e a construção de uma *rede noticiosa* (*news net*), também trabalhada por Hess (1984). A rede noticiosa de Tuchman decompõe-se em dois elementos que "agarram" o acontecimento. Pelo primeiro, a *ordem no espaço*, dá-se a cobertura permanente ou regular de locais e personalidades de maior previsibilidade em *valor-notícia* (*news value*), como o Presidente da República, o Primeiro-Ministro e o Parlamento. Pelo segundo, a *ordem no tempo*, o planeamento do serviço de agenda conduz o jornalista a seguir o previamente organizado com frequência.

A ordem no espaço e a ordem no tempo são critérios de escolha e orientação - são convenções que balizam o labor do jornalista. Ao estudarem a construção dos noticiários televisivos, Gurevitch e Blumler (1993: 193) defendem a existência de *convenções*, tais como o rigor e a interpretação em termos de imparcialidade e equilíbrio. Tais convenções, segundo Schudson (1993: 280), "ajudam a tornar as mensagens legíveis".

A teoria estruturalista opera com um elemento - o *contexto* da notícia - comum a outra teoria da notícia, a *interaccionista*, a ver de seguida. O *contexto* significa uma relação existente entre o processo de produção da notícia e a sociedade. Uma notícia não provém do vazio ou de uma realidade neutra - ela é fruto da relação que existe entre um acontecimento, o seu registo e relato e a sociedade em que ocorre o acontecimento e a sua interpretação.

Antes de entrar na análise e interpretação do interaccionismo, explorarei vários conceitos e autores. Um dos conceitos fundamentais para a minha discussão é o de *campo jornalístico*, desenvolvido por Pierre Bourdieu (1997). Para Bourdieu, o campo é um espaço social onde, no seu interior, existem relações de força entre agentes. Estas relações de força incluem o domínio de recursos

financeiros, institucionais e de capital cultural. Bourdieu analisa o campo jornalístico dentro de uma perspectiva de concorrência entre o pólo intelectual (os jornais que propõem análises e comentários) e o pólo comercial (os jornais que oferecem notícias sensacionalistas e visam vendas e audiências).

A discussão crítica provocada por este trabalho - (a) não há investigação empírica a suportar o texto, (b) não se distinguem jornais e jornalistas, quando se sabe existir um círculo, o dos grandes media, que controla, ou tem uma grande garantia sobre, o que se faz e diz, e (c) o autor fala de jornalistas mas nunca refere fontes - aparece contrabalançada pelo fascínio que Bourdieu exerceu sobre os teóricos do jornalismo, nos dois lados do Atlântico. Em França, Patrick Champagne e Érik Neveu foram dos mais importantes sociólogos a sentir a sua influência. Em língua inglesa, Schlesinger (1990) e Ericson, Baranek e Chan (1989) trabalharam acentuadamente Bourdieu, que teve ainda direito a um número especial da revista *Media, Culture and Society*.

Na teoria *interaccionista*, para além de Bourdieu, encontramos a influência da sociologia geral de Norbert Elias e de Erving Goffman, autores consagrados ainda antes do período a que dedico a minha comunicação. Por um lado, Elias trabalhou a interacção, a partir da analogia com o jogo de xadrez: à acção de um jogador opõe-se a reacção do outro jogador, o que limita a capacidade de intervenção e de previsão. A sociedade vê-se como tecido que se move e muda conforme as múltiplas dependências que ligam os indivíduos (Elias, 1999: 109). Por outro lado, Goffman (1991, 1993) colocou a tónica no papel do agente social enquanto construtor do quotidiano. Pelo conceito de *quadro*, classifica os efeitos das interacções: o diálogo entre dois locutores extravasa a mera exposição de factos e leva a uma sequência de posições que envolve os intervenientes, em movimento e interdependência.

Os conceitos de Goffman de *quadro* (*frame*) e de *tira* (*strip*) seriam, depois, aplicados aos estudos do jornalismo por Gaye Tuchman, autora marcada pelo interaccionismo. Conjugada no jornalismo, a teoria interessa-se pela construção da notícia mas tam-

bém pela relação estabelecida entre os agentes sociais que se envolvem na notícia - jornalistas e fontes de informação, tema que a minha própria investigação tem acompanhado (Santos, 1997, 2001, 2002).

A teoria interaccionista consagra o princípio da *negociação* de significados entre os agentes sociais na notícia. O campo jornalístico é uma luta em torno da construção de um acontecimento por agentes sociais dotados de recursos económicos e capital cultural. Esta perspectiva, para além da influência directa de Bourdieu, teve origem no estudo seminal de Molotch e Lester (1993), conquanto noutros termos. Quando dissecam os promotores da notícia, Molotch e Lester distinguem executor e informador, sendo o primeiro o que faz o acontecimento e o segundo o que não participa mas comunica o acontecimento ao jornalista. Além disso, fonte e jornalista têm *necessidades de acontecimentos* - aquela porque precisa publicitar as suas acções, o segundo porque tem um espaço/tempo de informação a preencher com regularidade.

Isto pressupõe uma dimensão para dialogar e negociar. A negociação de significados entre os agentes sociais implica o estabelecimento de relações complementares de *cooperação* e *autonomia* (Ericson et al., 1989; Blumler e Gurevitch, 1995). A interacção decorre ainda entre os próprios jornalistas, elementos da mesma profissão mas pertencentes a diferentes organizações noticiosas, e por isso *concorrentes* e *colegas* (Tunstall, 1971).

A teoria interaccionista considera ainda o efeito do factor *imprevisibilidade* e novidade na construção da notícia. Se a notícia nova é o "sal" da actividade do jornalista, "criatura obcecada pelo actual", como escreve Palmer (2000), o previsível está igualmente presente. Gitlin (1994: 31-32) designa por *prémio da racionalidade* a expectativa jornalística de antecipar o imprevisível, graças à sistematização, implantação de modelos de conformidade e rejeição de elementos subjectivos. Num estudo empírico, verificou-se que 90% dos títulos da primeira página se baseavam em acontecimentos planeados e intenções dos seus promotores (Santos, 2002). Noutro estudo de caso, a análise de notícias televisivas sobre con-

gressos políticos, encontram-se simultaneamente o previsível (o discurso do líder partidário e de outras figuras que apoiam ou discordam do líder, os rituais do encontro político) e o imprevisível (a *gaffe*, a frase sonante, a entrevista a delegados anónimos) (Santos, Ventura e Calado, 2002).

Entre a teoria *estruturalista* da construção e a teoria *interacionista* há muitas aproximações. Ambas defendem a construção da notícia não como acção neutra mas a partir de um contexto social. A tirania do tempo e do espaço - a sua escassez - sobre o trabalho do jornalista e as rotinas enquanto elemento crucial no processo de produção da notícia são factores defendidos pelas duas teorias. Os autores ligados às duas correntes partem de áreas científicas próximas, a sociologia e a etnografia, cujo objecto principal de investigação é o comportamento do ser social e, através da observação directa, traçar regras gerais da sua actividade e das instituições a que pertence. Ou trabalham as duas ciências sociais em simultâneo, como Tuchman. A diferença principal reside em que a teoria interaccionista descreve melhor os fluxos existentes entre os vários agentes sociais, cujo resultado é a notícia. A teoria interaccionista encontra-se mais bem aparelhada para trabalhar conceitos como processo social, poder e controlo, e negociação entre agentes sociais.

As teorias acima referidas têm um interesse particular no processo de produção da notícia, mas não dão relevo à recepção. Ora, uma boa parte da investigação sobre o jornalismo, desde os estudos psicológicos da escola funcionalista, ocupa-se dos fenómenos da recepção. Basta lembrar os trabalhos recentes de David Morley, sobre a recepção de programas de televisão e as conclusões que a audiência é activa e o conteúdo mediático é polissémico ou aberto à interpretação (1996: 279), e de Stuart Hall (1996), sobre codificação e decodificação, com continuidade nos estudos organizados pela Open University (Paul du Gay et al., 1997). Entre nós, Isabel Ferin e colegas têm trabalhado o impacto das telenovelas brasileiras na cultura portuguesa (2002, a publicar).

### 3 AS DISCIPLINAS CIENTÍFICAS

Até aqui falei de teoria da notícia e dos estudos de jornalismo, com recurso abundante aos sociólogos, que olham a matéria sob ângulos variados. Há autores que escreveram sobre sociologia do jornalismo (Neveu, 2001; McNair, 1998; Schlesinger, 1990), enquanto outros se debruçaram sobre sociologia dos media (Curran, 1996) e sociologia da produção noticiosa (Schudson, 2000).

Existe, pois, uma forte contaminação da sociologia sobre os estudos do jornalismo. Mas também são evidentes as influências vindas de outras ciências sociais: psicologia, história, etnografia, economia política, teoria das organizações e crítica literária ou análise discursiva. Tal pluralidade de ciências sociais encontra paralelo nos métodos utilizados na investigação, como lembra Halloran (1998: 18). Na pesquisa sobre jornalismo, métodos quantitativos e métodos qualitativos são ambos válidos. Mas Halloran vai mais longe, ao concluir que a comunicação de massa - e por extensão o jornalismo - é um campo de interesse e não uma disciplina. Falta aos estudos de jornalismo, assim, conceber um modelo teórico próprio face às outras disciplinas.

Ora, importa realçar os pontos fortes de tal multiplicidade de discursos e práticas e as oportunidades que se oferecem. No começo do ponto anterior, tinha salientado que a teoria da notícia se constitui pelo acumular de conceitos e discussões em torno de encontros, revistas e cursos universitários. Isto quer dizer que as comunidades ou redes de cientistas sociais, em contextos disciplinares e culturais específicos, experimentam regras e métodos, apesar de um quadro partilhado de referências.

É visível a pluralidade de disciplinas, objectos de estudo e definições nos especialistas da matéria. Para Brian McNair (1998: 3), a sociologia do jornalismo refere-se ao jornalismo e à sua relação com a sociedade em que ele se produz. Os interesses fundamentais são compreender o impacto dos media jornalísticos e ler as determinantes sociais do produto jornalístico. Um antropólogo, Kelly Askew (2002: 10), fornece outra perspectiva, a de os media operarem com várias dimensões das ciências sociais, constroem

culturas e constituírem um aspecto da vida contemporânea, o qual se associa à arte, à religião e à organização social.

A esta posição holística opõe-se Neveu (2001: 6), que desloca a dimensão etnográfica para o interior do próprio processo de produção da notícia. Para ele, a sociologia do jornalismo consiste em compreender o que se faz na redacção, como resultado da recolha de factos (entrevistas, captação de imagens, triagem de comunicados e informações). Também Schlesinger argumentou a favor da etnografia, que produz informação valiosa sobre práticas de trabalho e ideologias dos produtores culturais (ou jornalistas) (1980: 363). Schlesinger aposta muito na multiplicidade de perspectivas de investigação, com a observação participante a ser contributo complementar das formas de análise textual e dos estudos culturais. Pelo cruzamento dos métodos, e pela consequente comparação de dados, ao investigador é dada a possibilidade de observar os movimentos de crise durante o processo do trabalho jornalístico.

Vários autores aplicaram a teoria das organizações para analisar a profissão de jornalista (Elliott, 1977; Soloski, 1993; Neveu, 2001). Se uma profissão normal possui características como diploma de acesso à profissão e monopólio sobre a actividade (casos do advogado e do médico), o jornalismo não possui propriamente tais características gerais. A discussão tem sido a de se saber se o jornalismo é uma profissão ou uma ocupação. Para Soloski, o profissionalismo jornalístico expressa-se através de dois modos relacionados: 1) os padrões e normas; 2) o sistema de recompensa profissional. A análise da escada profissional na promoção interna dos jornalistas conduz-nos à abordagem microsociológica e ao processo de luta e apoios intra-organizacionais em que os sujeitos individuais se movimentam.

Os processos científicos de análise enunciados acima têm em vista o estudo da curta duração, o corte no tempo e no espaço das organizações estudadas. O escopo analítico dos investigadores - sociólogos, etnólogos - é examinar as estruturas existentes, com as suas relações de poder, luta e negociação, num dado momento e lugar. O historiador acrescenta, a este âmbito, o exame digressi-

vo, diacrónico, através do tempo, onde emergem com mais evidência as estruturas e as tendências de longo prazo. Ricoeur (1983), ao falar-nos de história, interpreta a narrativa sequencial e o desencadear de uma intriga a partir da existência do facto, e compara o tempo curto com o tempo mais alargado da conjuntura e o ainda maior da estrutura. O historiador, se perde a observação directa, as reacções do actual ao vivo, os pormenores que não ficam registados (às vezes, unicamente a espuma das situações), ganha a consistência de entender para onde foram os agentes sociais e quais as condicionantes e acasos que os levaram por esse caminho.

Em tal sentido, compreende-se o peso do trabalho de Curran (1996), o qual mostrou a importância da história nas teorias da notícia, quando analisou a produção científica da área, no período compreendido entre 1975 e 1990. Para tornar mais vivo o desenrolar diacrónico, o autor apresentaria duas tendências opostas nos objectivos e resultados, mas que se aproximaram depois. À primeira, chamou *liberal-pluralista*, que vê os media como reflexo da sociedade e com a autonomia das organizações jornalísticas a permitir que os jornalistas critiquem livremente a sociedade. À segunda, chamou *radical*, para quem os media são parte da arena ideológica e onde os jornalistas socializam e interiorizam as normas da classe dominante.

A dupla de correntes, que se opõem mas se articulam depois, é uma forma de mostrar o movimento e o devir. Curran entende que, por um lado, os media são agências poderosas de reforço de um poder, indo até ao reforço selectivo, e, por outro lado, os media denunciam as pressões que se exercem sobre a sua autonomia. O autor identifica algumas forças que conduzem os meios de comunicação a alimentar a autonomia quando eles próprios propõem novas perspectivas de poder cultural e político e realçam o poder de fontes não oficiais (fundamentais em dados momentos), da redacção, do consumidor e do mercado (1996: 142-147).

Compreende-se, por outro lado, o peso da história nos avanços de transmissão e difusão da informação. Sousa (2000: 24) - que edifica uma teoria da notícia assente em algumas forças - realça a

relevância do factor *actualidade* a partir do aparecimento do telégrafo. A rapidez e a concisão dariam um toque mais objectivo à notícia.

Também no sentido de entender a notícia como tipo especial de narrativa estão os estudos do discurso (Van Dijk, 1990; Fairclough, 1995; Bell e Garrett, 1998). As práticas do discurso mediático relacionam-se com os processos mais vastos da mudança social e cultural. Van Dijk procura integrar a produção e interpretação do discurso a par da análise textual; Fairclough fala de *intertextualidade*, uma ponte entre as dimensões do texto e da prática discursiva (1995: 75).

Outra disciplina, a da cultura, tem influenciado a teoria da notícia. Um dos mais proeminentes autores dos estudos culturais, James Carey, escreve que a notícia é "uma forma de cultura inventada por uma classe particular num ponto particular da história - neste caso pela classe média no séc. XVIII" (1992: 21). Como qualquer outra forma cultural inventada, conclui Carey, a notícia tem uma característica própria, no caso a de ser única, original e nova. Já o texto clássico de Galtung e Ruge (1993: 67) aludia a factores culturais que influenciam a transição do acontecimento para notícia, salientando que aquele se transforma mais provavelmente nesta se diz respeito a nações ou pessoas de elite ou se o acontecimento é negativo.

Schudson (1993: 280), a propósito da estrutura de pirâmide invertida e do parágrafo de abertura nas notícias, entende - como já atrás destacámos - que tais "convenções ajudam a tornar legíveis mensagens culturalmente consistentes e mensagens culturalmente dissonantes". E, em texto mais recente, Schudson (2000), para além da análise de economia política das notícias e da organização social do trabalho jornalístico, dá grande ênfase ao contributo cultural, quando relaciona um acontecimento e um dado sistema simbólico.

Finalmente, dentro das disciplinas científicas que estudam o jornalismo, temos a teoria da economia política (Mosco, 1996; Mattelart e Mattelart, 1997; Golding, 1997; Golding e Murdock, 2000), que se preocupa com o estudo das relações sociais e de

poder, em especial as estabelecidas entre produção, distribuição e consumo de recursos.

Uma das preocupações essenciais da economia política é a concentração da propriedade, nomeadamente quando está em jogo a convergência de sectores como as telecomunicações e os media. A teoria inclui ainda a análise da resistência das classes subordinadas ao poder capitalista e às práticas de liberalização, comercialização e privatização das indústrias de comunicação. Nesse sentido, Mattelart e Matellart (1997: 95) entendem que, no momento em que a lógica comercial se alarga no mercado, é importante perceber o "processo de exploração das actividades culturais pelo capital".

#### 4 NOVOS CAMPOS DE INVESTIGAÇÃO DOS MEDIA

Embora já com pouco tempo para me debruçar atentamente sobre outras áreas de investigação em jornalismo, não deixo de salientar a importância dos novos media e das tecnologias a eles associadas, o impacto da comunicação global (agências internacionais de informação), o papel dos media na defesa da democracia e os estudos feministas dos media.

Quanto à primeira linha de investigação, os *novos media*, parece-me suficiente citar um livro recente de John Pavlik, *Journalism and new media*. Pavlik, logo na introdução, refere o novo jornalismo ubíquo (o mundo assiste em simultâneo a um acontecimento ocorrido num local), com acesso de informação global, reportagem instantânea, interactividade, conteúdo multimedia e orientação para o cliente (2001: xi). Internet, videotelefones, serviços de banda larga e televisão interactiva são algumas das possibilidades disponíveis desde já e que têm um efeito imediato nas formas de recolher, tratar e difundir a informação na idade digital.

Entre muitas outras diferenças, Pavlik chama a atenção para a mudança estrutural das redacções, que deixam de seguir a figura de linha como se fosse uma unidade militar - indo do jornalista ao editor e ao director -, para passar à organização descentralizada e flexível, em especial nas redacções online (2001: 109).

O novo tipo de estrutura não isenta, contudo, a profissão de enfrentar perigos, como apuro já a seguir.

A segunda linha, a comunicação vista do prisma do *global* por oposição ao local, é um tema muito discutido na actualidade (Sreberny, 2000), em especial se ligado à teorização das agências internacionais de informação (Boyd-Barrett e Rantanen, 2002). Para Giddens (2000: 87), o "mundo tornou-se num único sistema social, consequência dos nascentes laços de interdependência que hoje em dia afectam praticamente toda a gente". Num outro livro, o mesmo Giddens (1994: 19) afirmaria ser a globalização um "processo de desenvolvimento de laços genuinamente mundiais". Também Castells (2000: 87) salienta a globalização, em que actividades produtivas, consumo e circulação se organizam numa rede de conexões.

Na opinião de Annabelle Sreberny (2000: 94), estudiosa do fenómeno da globalização, os media desempenham um papel central nesse processo. Mas a investigadora acha que, raramente, global significa universal, e implica, isso sim, um ascendente de poder dos agentes sociais do Norte por oposição aos do Sul. E Boyd-Barrett e Rantanen (2002: 218), que escreveram sobre as agências internacionais de informação, concluem pela duplicidade de actuações. Por um lado, publicitam-se as vantagens do mercado aberto nas notícias, num contributo para o livre fluxo de informação. Por outro lado, agências como a AFP, a AP, a Reuters e a UPI simulam um pluralismo a nível mundial mas controlam a circulação da informação a nível dos países. E, com o presente processo de concentração, desregulação, privatização e comercialização, verifica-se o crescimento da hegemonia exercida pelas grandes agências de informação.

É a questão da *democracia* e do papel que os media têm na sua defesa que constitui uma terceira linha de investigação em jornalismo. Em seminário internacional que o CIMJ organizou em 2000, a propósito dos 25 anos de Lei de Imprensa em Portugal, o académico Thomas Patterson proferiu uma importante comunicação sobre o exercício da cidadania e o poder dos media (2002).

Para o professor americano, os dois grandes pressupostos do jornalismo livre são a ausência da censura prévia, com o reconhecimento do direito do público ser informado, e a protecção contra a acusação de difamação. Isto é, se os media são livres de criticar as acções de um governo, também o são para criticar as figuras públicas, dentro e fora do governo, o que as obriga a comportarem-se de forma mais responsável.

Fornecer uma imagem fiável do mundo e dar voz à opinião dos cidadãos formam dois elementos chave na adequada actuação dos media e dos seus profissionais, os jornalistas. Porém, e como já fiz destacar a propósito das duas anteriores linhas de investigação, a concentração da propriedade económica e a revolução tecnológica podem enfraquecer o jornalismo e a própria democracia.

Numa quarta linha de investigação, a questão do *género* (sexo) nos media mexe com vários aspectos existentes na relação entre estes e a cultura. Uma das questões é a própria definição de género: se algumas teorias feministas assumem a identidade como essencial do género, a maioria entende o género como construção social e cultural baseada em distinções biológicas (Van Zoonen, 1995: 315). Para McQuail (1994: 261), o principal problema é ver a "posição" do texto quanto à mulher nas narrativas e interacções textuais e, deste modo, contribuir para uma definição de feminidade. A diferença no género, o corpo, a esfera pública e as novas tecnologias são outros territórios a promover pelos estudos feministas (Press, 2000).

De acordo com Van Zoonen (1995), os estudos feministas sobre as notícias concluem que os homens estão mais vezes representados nos media, com mais poder e raramente em ambiente familiar, ao passo que as mulheres aparecem frequentemente junto da família, são jovens e bonitas e, se surgem no local de trabalho, desempenham tarefas inferiores às dos homens, conjunto de estereótipos alicerçados por décadas de domínio dos homens nos principais lugares das organizações mediáticas.

## 5 CONCLUSÕES

Na comunicação, considerei basicamente a produção científica dos últimos 25 anos, onde se constata uma orientação específica para os estudos empíricos e uma orientação para as problemáticas (produção noticiosa, relação entre jornalistas e fontes, estudos de género e cultura).

Ao abordar as correntes teóricas, deixei claro não haver ainda um modelo conceptual próprio, mas sim uma pluralidade de teorias. Destas, destaquei a interaccionista como a mais capaz de estabelecer o quadro de actividades dos vários agentes sociais envolvidos e dos seus interesses colocados no campo jornalístico, como chamou Bourdieu (1997), ou campo de notícia, como eu próprio designei (Santos, 1997).

A comunicação atendeu em especial à produção literária anglo-americana e às repercussões sobre a investigação nas universidades e nos centros de investigação, sem se reservar um espaço independente para a reflexão das tendências de investigação em Portugal. Devemos todos fazer um forte esforço em tal sentido; creio que este espaço é um bom ponto de partida. Lembro que, embora num âmbito mais lato, foi publicado um estudo recente sobre as correntes teóricas da comunicação na América Latina, do professor mexicano Gustavo León Duarte (2002), onde é feita a ponte entre os mundos da Península Ibérica e da América do Sul.

## BIBLIOGRAFIA

- Askew, Kelly e Richard Wilk (eds.) (2002). *The anthropology of media - a reader*. Malden e Oxford: Blackwell.
- Bell, Allan e Peter Garrett (eds.) (1998). *Approaches to media discourse*. Oxford e Malden: Blackwell.
- Berger, Peter e Thomas Luckmann (1966/1999). *A construção social da realidade*. Lisboa: Dinalivro.
- Blumler, Jay e Michael Gurevitch (1995). *The crisis of public communication*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Bourdieu, Pierre (1994/1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta.
- Boyd-Barrett, Oliver e Terhi Rantanen (2002). "Theorizing the news agencies". In Denis McQuail, *McQuail's reader in mass communication theory*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.
- Breed, Warren (1955/1993). "Controlo social na redacção. Uma análise funcional". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.
- Carey, James (1989/1992). *Communication as culture. Essays on media and society*. Nova Iorque e Londres: Routledge.
- Castells (2000). *A sociedade em rede*. S. Paulo: Paz e Terra.
- Curran, James (1996). "Rethinking mass communication". In James Curran, David Morley e Valerie Walkerdine (eds.), *Cultural studies and communications*. Londres: Arnold.
- Duarte, Gustavo León (2002). "Teorías e investigación de la Comunicación en América Latina. Situación actual". *Selecciones de Infoamérica*, nº 2 (Outubro) (<http://www.infoamerica.org>).
- Elias, Norbert (1999). *Introdução à sociologia*. Edições 70: Lisboa.
- Elliott, Philip (1977). "Media organizations and occupations: an interview". In James Curran, Michael Gurevitch e Janet Woolcott

(eds.), *Mass communication and society*. Londres: Edward Arnold e Open University Press.

Ericson, Richard V., Patricia M. Baranek e Janet B.L. Chan (1989). *Negotiating control: a study of news sources*. Toronto: University of Toronto Press.

Esteves, João Pissarra (org.) (2002). *Comunicação e Sociedade*. Livros Horizonte e CIMJ: Lisboa.

Fairclough, Norman (1995). *Media discourse*. Londres, Nova Iorque, Sidney e Auckland: Arnold.

Ferin, Isabel, Catarina Burnay e Leonor Gameiro (2002). "A ficção em português nas televisões generalistas: um estudo de caso". *Observatório*. A publicar.

Galtung, Johan e Mari Holmboe Ruge (1965/1993). "A estrutura do noticiário estrangeiro. A apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Gay, Paul du, Stuart Hall, Linda Janes, Hugh Mackay e Keith Negus (1997). *Doing cultural studies. The story of the Sony Walkman*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage e Open University.

Giddens, Anthony (1991/1994). *Modernidade e identidade pessoal*. Oeiras: Celta.

Giddens, Anthony (1989/2000). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Gitlin, Todd (1980). *The whole world is watching*. Berkeley, Los Angeles e Londres: University of California Press.

Gitlin, Todd (1983/1994). *Inside prime time*. Londres: Routledge.

Gitlin, Todd (1978/2002). "Sociologia dos meios de comunicação social - o paradigma dominante". In João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*. Livros Horizonte e CIMJ: Lisboa.

Goffman, Erving (1993). *A apresentação do eu na vida de todos os dias*. Lisboa: Relógio d'Água.

Golding, Peter (1981/1997). "The missing dimensions news media and the management of change". In Tim O'Sullivan e Yvonne Jewkes (eds.), *The media studies reader*. Londres, Nova Iorque, Sidney e Auckland: Arnold.

Golding, Peter e Graham Murdock (2000). "Culture, communications and political economy". In James Curran e Michael Gurevitch (eds.), *Mass media and society*. Londres e Nova Iorque: Arnold, 3ª ed.

Gurevitch, Michael e Jay Blumler (1982/1993). "A construção do noticiário eleitoral: um estudo de observação na BBC". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Hall, Stuart (1980/1996). "Encoding/decoding". In Stuart Hall, Dorothy Hobson, Andrew Lowe e Paul Willis, *Culture, media, language*. Londres e Nova Iorque. Routledge.

Hall, Stuart, Chas Critcher, Tony Jefferson, John Clarke e Brian Roberts (1978). *Policing the crisis - mugging, the State, and Law and Order*. Nova Iorque: Holmes & Meier Publishers.

Halloran, James (1998). "Mass communication research: asking the right questions". In Hansen, Anders, Simon Cottle, Ralph Negrine e Chris Newbold, *Mass communication research methods*. Hampshire e Nova Iorque: Palgrave.

Herman, Edward e Noam Chomsky (1988/1994). *Manufacturing consent*. Londres: Vintage.

Hess, Stephen (1984). *The government/press connection - press officers and their offices*. Washington: The Brookings Institution.

Mattelart, Armand e Michèle Mattelart (1995/1997). *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras.

McNair, Brian (1998). *The sociology of journalism*. Londres, Nova Iorque, Sidney e Auckland: Arnold.

McQuail, Denis (1994). *Mass communication theory. An introduction*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage, 3ª ed.

Molotch, Harvey e Marilyn Lester (1974/1993). "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Morley, David (1996). "Populism, revisionism and the 'new' audience research". In James Curran, David Morley e Valerie Walkerdine (eds.), *Cultural studies and communications*. Londres: Arnold.

Mosco, Vincent (1996). *The political economy of communication*. Londres, Thousand Oaks e Nova Deli: Sage.

Neveu, Érik (2001). *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte.

Palmer, Michael (2000). "The historian and the news agency". In Howard Tumber (ed.), *Media power, professionals and policies*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Patterson, Thomas (2002). "Os media como actores políticos". In CIMJ, *Media, jornalismo e democracia*. Lisboa: Livros Horizonte e CIMJ.

Pavlik, John (2001). *Journalism and new media*. Nova Iorque: Columbia University Press.

Press, Andrea (2000). "Recent developments in feminist communication theory: difference, public sphere, body and technology". In James Curran e Michael Gurevitch (eds.), *Mass media and society*. Londres e Nova Iorque: Arnold, 3ª ed.

Ricoeur, Paul (1983). *Temps et récit*. Tome 1: *L'intrigue et le récit historique*. Paris: Seuil.

Santos, Rogério (1997). *A negociação entre jornalistas e fontes*. Minerva: Coimbra.

Santos, Rogério (2002). *Jornalistas e fontes de informação - as notícias de VIH-SIDA como estudo de caso*. Tese de doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa.

Santos, Rogério, Isabel Ventura e Vanda Calado (2002). "Congressos e convenções partidárias - como se relacionam os políticos e os jornalistas de televisão", *Observatório*, 5: 9-25.

Schlesinger, Philip (1978). *Putting "reality" together: BBC News*. Londres: Constable.

Schlesinger, Philip (1980). "Between sociology and journalism". In Harry Christian (ed.), *The sociology of journalism and the press*. University of Keele. *Sociological Review Monograph*, 29.

Schlesinger, Philip (1990). "Rethinking the sociology of journalism: source strategies and the limits of media centrism". In Marjorie Ferguson (ed.), *Public Communication - the new imperatives*. Londres, Newbury Park e Nova Deli: Sage.

Schlesinger, Philip, David Miller e William Dinan (2001). *Open Scotland? Journalists, spin doctors and lobbyists*. Edimburgo: Polygon.

Schudson, Michael (1978). *Discovering the news - a social history of american newspapers*. Nova Iorque: Basic Books.

Schudson, Michael (1982/1993). "A política da forma narrativa: a emergência das convenções noticiosas na imprensa e na televisão". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Schudson, Michael (2000). "The sociology of news production revisited (again)". In James Curran e Michael Gurevitch, *Mass Media and society*. Londres: Arnold, 3ª edição.

Soloski, John (1989/1993). "O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Sousa, Jorge Pedro (org.) (2000). *Cadernos de estudos mediáticos II*. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

Sreberny, Annabelle (2000). "The global and the local in international communication". In James Curran e Michael Gurevitch, *Mass Media and society*. Londres: Arnold, 3ª edição.

Traquina, Nelson (org.) (1993). *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.

Traquina, Nelson (2001). "Teorias das notícias: o estudo do jornalismo no séc. XX". In Nelson Traquina, Ana Cabrera, Cristina Ponte e Rogério Santos, *O jornalismo português em análise de casos*. Lisboa: Caminho.

Traquina, Nelson (2002). *Jornalismo*. Lisboa: Quimera.

Tuchman, Gaye (1978). *Making news*. Nova Iorque: Free Press.

Tuchman, Gaye (1991). "Qualitative methods in the study of news". In Klaus Bruhn Jensen e Nicholas W. Jankowski, *A handbook of qualitative methodologies for mass communication research*. Londres e Nova Iorque: Routledge.

Tunstall, Jeremy (1971). *Journalists at work*. Londres: Constable.

Van Dijk, Teun (1980/1990). *La noticia como discurso*. Barcelona, Buenos Aires e México: Paidós Comunicación.

Van Zoonen, Liesbet (1995). "Gender, representation, and the media". In John Downing, Ali Mohammadi e Annabelle Sreberny-Mohammadi (eds.), *Questioning the media. A critical introduction*. Thousand Oaks, Londres e Nova Deli: Sage.

White, David Manning (1950/1993). "O gatekeeper: uma análise de caso na selecção de notícias". In Nelson Traquina (org.), *Jornalismo: questões, teorias e "estórias"*. Lisboa: Vega.